

A relação do poder público com a iniciativa privada na educação

PAULO ALCÂNTARA

A construção de novas políticas educacionais capazes de atender aos desafios trazidos pelos rápidos avanços da ciência e da técnica é uma das mais difíceis tarefas que temos pela frente, em decorrência do aparecimento de novas profissões e das crescentes exigências de incremento da competitividade das nações, trazidas pela sociedade do conhecimento. Urge que se analise como essas políticas poderão se refletir sobre o sistema privado e como este deve responder às necessidades do crescimento sustentável da nação.

Como a educação pode contribuir para a formação de novos líderes cidadãos? Essa questão reforça a necessidade de se suscitar um compromisso ético da sociedade no sentido de criar as condições de possibilidade para o equilibrado e efetivo desenvolvimento sustentável. Tratando mais especificamente do Rio de Janeiro, as políticas de educação deveriam envolver os setores público e privado no planejamento de estratégias para transformar o nosso Estado numa unidade ainda mais proeminente na Federação.

O contexto do século XXI projetou um novo olhar sobre o conceito de nação. Na América Latina, a distribuição de renda ainda se constitui em grande entrave ao desenvolvimento dos países. A ampliação das oportunidades de acesso aos sistemas de ensino médio e fundamental vem se realizando lentamente. O Brasil tem feito muitos avanços na educação, mas ainda precisamos diminuir a grande eva-

são escolar, promover mudanças na lógica do ensino e introduzir disciplinas de empreendedorismo no currículo do ensino médio.

Os rápidos avanços da ciência e da técnica, gerando novas profissões com alto grau de especialização, exigem respostas mais ágeis e imediatas das nações em desenvolvimento. No Brasil, o número de mestres e doutores cresceu consideravelmente nas últimas décadas, porém permanecemos com enorme defasagem em comparação com as nações da OCDE. Além disso, poucos desses mestres e doutores migram da atividade científica para a de desenvolvimento tecnológico na indústria, contribuindo ainda mais para as dificuldades no incremento da inovação.

A construção de uma política educacional não pode ser questão pontual. Deve contemplar todas as necessidades do Estado, ser elaborada de forma articulada, abrangente e ter “capilaridade” para os municípios. Para isso, teremos de

**A CONSTRUÇÃO
DE UMA POLÍTICA
EDUCACIONAL
NÃO PODE
SER QUESTÃO
PONTUAL**



promover a capacitação de nossos estudantes em temas científicos e a qualificação dos professores. Com esse propósito, o Observatório de Educação do Rio de Janeiro articula universidades e organizações que comandam o setor produtivo fluminense objetivando elaborar políticas educacionais para ensejar o crescimento sustentável de nosso Estado.

As relações da iniciativa privada e do Estado tendem a se estreitar com o fim de encaminhar a solução de uma série de problemas de nossa sociedade. No que diz respeito ao Rio de Janeiro, compreendo que as seguintes ações sejam urgentes e indispensáveis: ampliar o Ensino Técnico; erradicar a violência e o analfabetismo; fortalecer as cadeias de turismo, de lazer e de negócios, transformando o Rio de Janeiro numa referência internacional em Turismo; apoiar o fortalecimento das cadeias produtivas de petróleo e gás; incrementar a “Indústria do Conhecimento”, etc.

Paulo Alcântara é diretor do Centro Regional de Expertise da Universidade das Nações Unidas